



**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no território  
de identidade Costa do Descobrimento- BA**

**NO SCHOOL LESS:  
reflections on the closure of rural schools in the Costa  
do Descobrimento identity territory - BA**

**Geovani de Jesus Silva**

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.  
Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII – Eunápolis-BA.  
Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e  
Diversidade da UNEB, Campus XIV – Conceição do Coité. Coordenador Pedagógico  
da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro – BA.  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4180-4534>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7079100870059258>  
E-mail: [geovanideporto@yahoo.com.br](mailto:geovanideporto@yahoo.com.br)

**Arlete Ramos dos Santos**

Pós-doutorado em Educação e Movimentos sociais (UNESP).  
Doutorado e Mestrado em Educação (FAE/UFMG).  
Professora do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHL).  
Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual  
do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-graduação em Educação  
Mestrado Profissional em Educação Básica (PPGE) da  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3007333595055044>  
E-mail: [arlete.ramos@uesb.edu.br](mailto:arlete.ramos@uesb.edu.br)

**Jaqueline Braga Moraes Cajaiba**

Bacharel em Psicologia, Licenciada em Letras Vernáculas – UESC.  
Mestre em Educação pelo PPGED/UESB.  
Coordenadora do Programa Formacampo/UESB.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7450-6165>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258812585050818>  
E-mail: [jaqueline.braga.psi@gmail.com](mailto:jaqueline.braga.psi@gmail.com)

**Resumo**

A luta erguida historicamente pelos movimentos sociais da Educação do Campo denuncia o fechamento de escolas do campo e defende a garantia de um projeto educacional que contemple a diversidade sociocultural do campesinato. Nessa direção, o presente artigo busca refletir sobre o fechamento de escolas das áreas rurais no Território de identidade Costa do Descobrimento, na Bahia, e indica as forças hegemônicas que sustentam tais ações. Para tanto, apresenta a Educação do Campo enquanto direito conquistado e demarca as lutas e reivindicações dos movimentos sociais perante a negligência do Estado na implementação de políticas educacionais para a população camponesa. Outro flanco de

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

análise do texto são os números em relação à Distorção Idade-Série (DIS) e a diminuição do número de escolas do campo entre os anos de 2014 a 2023. Dentre as discussões que assumem a centralidade do texto estão a implementação do projeto neoliberal de mecanização do campo e supervalorização do agronegócio, que incidem no fechamento de escolas do campo. Em suma, o texto indica que este fenômeno é multifatorial e envolve questões de cunho econômico, a presença do capital no controle das políticas públicas educacionais em detrimento da garantia da educação de qualidade para os camponeses.

**Palavras-chave:** educação do campo; escolas do campo; movimentos sociais; políticas públicas educacionais.

### **Abstract**

The struggle historically waged by Rural Education social movements denounces the closure of rural schools and defends the guarantee of an educational project that takes into account the sociocultural diversity of the peasantry. In this sense, this article seeks to reflect on the closure of rural schools in the Costa do Descobrimento identity territory and indicates the hegemonic forces that support such actions. To this end, it presents Rural Education as a conquered right and demarcates the struggles and demands of social movements in the face of the State's negligence in implementing educational policies for the peasant population. Another aspect of the text's analysis are the numbers in relation to age distortion and the decrease in the number of rural schools between the years 2014 and 2022. Among the discussions that assume the centrality of the text are the implementation of the neoliberal project of merchandization of the countryside and overvaluation of agribusiness, which result in the closing of rural schools. In short, the text indicates that this phenomenon is multifactorial and involves issues of an economic nature, the presence of capital in the control of public educational policies to the detriment of guaranteeing quality education for people living in the countryside.

**Keywords:** field education; field of schools; social movements; public educational policies.

### **Introdução**

Ao longo da história, o Fórum de Educação do Campo vem denunciando o fechamento de escolas em áreas rurais, ao passo que luta pela garantia de um projeto educacional que contemple a diversidade sociocultural do camponês. Dito isso, cabe destacar que a Educação do Campo é pautada num projeto de sociedade que reivindica o direito à terra e, concomitantemente, uma educação do e no campo, que respeite, valorize e contemple as especificidades dos camponeses.

Este trabalho busca refletir sobre o fechamento de escolas do campo no Território de Identidade Costa do Descobrimento (2010-2023), localizado na Bahia, e apresenta dados acerca da DIS entre os anos de 2014 e 2020. Ao discutir sobre o fechamento de escolas do campo, estabelecemos uma comparação com o enredo do filme mexicano *O Último Vagão* (2023), dirigido por Ernesto Contreras. Embora se trate de uma obra de

ficção cinematográfica, o longa metragem é atravessado por questões que ilustram os problemas que afetam a Educação do Campo na América Latina, a saber: condições de trabalho docente; as especificidades da infância; a negligência do poder público em relação aos direitos sociais; as escolas precarizadas; os agrupamentos etários distintos na mesma sala de aula; o fechamento de escolas, entre outros aspectos. Desse modo, o filme emerge como uma ferramenta de reflexão sobre a importância das escolas do campo para o processo social e cultural das populações camponesas<sup>1</sup>.

O filme coloca em tela, por exemplo, como as diferenças socioculturais e econômicas das crianças e suas famílias são similares ao cotidiano dos campesinatos<sup>2</sup> no Território de Identidade Costa do Descobrimento. Tal similaridade, é sintetizada em narrativas dos alunos: “nós somos as crianças pobres como nosso país e também pobres como nossos avós”, reverberando a reprodução da pobreza, a desesperança e a falta de perspectiva decorrente de um conjunto de negligências políticas, em detrimento da concentração de riquezas e poder em poucas mãos.

Além disso, é possível perceber também no roteiro do filme outros elementos que caracterizam a realidade da Educação do Campo, a saber: quando se trata das relações com a terra e o trabalho, especificamente na distinção entre o agricultor familiar e o diarista explorado pelo patrão, presente na narrativa de um dos personagens: “a sua família tem uma terra, a minha não tem nada, trabalha pelo que o patrão quiser pagar”. E por fim, não menos importante, a relação com a escola: um lugar que constrói e alimenta sonhos, via uma professora polivalente: conciliadora comunitária, conselheira, educadora social, professora, entre outras funções.

No filme, a Professora Georgina ministra aulas em um vagão de trem na zona rural do México, determinada a fazer a diferença na vida de seus alunos: órfãos, filhos de pais operários, analfabetos ou criados por avós, pescadores, trabalhadores das minas e/ou das florestas, entre outras proximidades dos camponeses brasileiros. Grande parte da história é conduzida pelo personagem Ikal, um menino que aprende a ler aos 09 anos na escola-vagão.

Para além dessas coincidências, a narrativa une o passado e o presente: imagens

---

<sup>1</sup> O camponês deve ser entendido como um sujeito político, que pertence a uma classe constituída na luta contra o capital, contribuindo para o processo de mudança de paradigma na sociedade (Santos, 2016).

<sup>2</sup> Para Fernandes e Molina (2004), o campesinato deve ser concebido como um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido tem o trunfo do território e a possibilidade do fortalecimento para superar as ideologias e as estratégias do agronegócio com a finalidade de sustentar os espaços políticos de enfrentamento ao agronegócio e manter a identidade socioterritorial.

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

da escola-vagão em funcionamento contando a história de um Ikal criança com seus amigos, e o presente de um Ikal adulto, professor inspetor escolar, responsável em noticiar o fechamento de escolas do campo. O inesperado da trama é quando ele é designado a fechar a escola-vagão onde aprendeu a ler, a sonhar, a conhecer outras culturas, ter amigos e vislumbrar outras possibilidades de vida e existência humana.

Esses elementos, em maior ou menor escala, estão vinculados às políticas educacionais vigentes na realidade do Território de Identidade Costa do Descobrimento. Nesta direção, a história apresentada no filme nos motivou a refletir e escrever esse artigo, que aborda o fechamento de escolas do campo.

Cabe inferir que no Brasil, a partir de muitas lutas que denunciaram o fechamento de escolas do campo, foi sancionada a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que alterou a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cujo parágrafo único do Artigo 28, passou a constar que o fechamento de uma escola do campo implica necessariamente na manifestação de órgão normativo do sistema de ensino. Todavia, as estatísticas indicam que este fechamento não foi inibido como deveria, mesmo com o dispositivo legal vigente. Nessa direção, existe no país uma falsa democratização que esconde a verdadeira faceta mercadológica na área da educação pública, pois os dados apresentados abaixo indicam que movimento progressivo de fechamento de escolas do campo continua (Santos, 2019).

Segundo o Parecer CNE/CEB nº 3/2008, as principais justificativas alegadas para o fechamento das escolas do campo são: baixa densidade populacional, que resulta na criação de turmas multisseriada e unidocentes; facilitação para realização do acompanhamento pedagógico por parte das equipes das Secretarias de Educação; racionalização da gestão e dos serviços escolares; e melhoria da qualidade da aprendizagem (Brasil, 2008).

Tais justificativas são contraditórias, uma vez que existem direitos conquistados por meio de políticas e leis que dispõem e regulamentam o acesso e permanência na escola e os princípios da Educação do Campo. Logo, o cenário aponta para a necessidade de mobilizar e incentivar ações para o enfrentamento dos problemas educacionais no Brasil e pela busca da garantia de direitos outorgados nos dispositivos legais. De acordo com Santos e Santos (2024) os princípios da Educação do Campo são:

[...] formação humana integral, omnilateral; a educação ligada à vida, à cultura e reconhece os diferentes espaços formativos, que não se

restringem ao estabelecimento escolar; educação de modo coletivo, comunitário, visando à consciência crítica, articulada com a transformação social, (p. 16).

Cabe destacar que os dados apresentados neste texto são oriundos de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade, Educação do Campo e da Cidade – Gepemdecc, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia<sup>3</sup>. A pesquisa realizada foi de abordagem quali-quantitativa que segundo aponta Minayo (1999), é uma pesquisa científica que tem ações complementares e capazes de potencializar a argumentação das discussões e dos resultados finais.

Cabe inferir que os dados quantitativos do texto versam sobre redução do número de escolas e índices da DIS dos municípios que compõem o Território de Identidade (TI) Costa do Descobrimento, na Bahia. As informações foram adquiridas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, referente ao recorte temporal 2010-2023. O artigo está organizado em três partes, sendo que a primeira descreve o Território de Identidade Costa do Descobrimento; a segunda, apresenta a Educação do Campo como fruto de lutas sociais; e a terceira traz os resultados e discussões da pesquisa.

### **O Território de Identidade Costa do Descobrimento - Bahia**

O estado da Bahia está dividido em 27 Territórios de Identidade<sup>4</sup>. De acordo com a Seplan (2023), Território de Identidade é a unidade de planejamento de políticas públicas, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto

---

<sup>3</sup> Pesquisa Intitulada “Políticas Educacionais e práticas Pedagógicas nas Escolas do/no Campo da Bahia No Contexto da Pandemia da Covid-19” e aprovada pelo Comitê de Ética da UESB. Número do Parecer: 4.130.396 e CAAE nº 33864620.6.0000.0055. Os resultados foram publicados na página do PPGED/UESB e podem ser consultados em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wpcontent/uploads/2021/08/Relat%C3%B3rioEduca%C3%A7%C3%A3o-do-Contexto-da-Pandemia.pdf>

<sup>4</sup> Bacia do Jacuípe; Bacia do Paramirim; Bacia do Rio Corrente; Bacia do Rio Grande; Baixo Sul; Chapada Diamantina; Costa do Descobrimento; Extremo Sul; Irecê; Itaparica; Litoral Norte e Agreste Baiano; Litoral Sul; Médio Rio de Contas; Médio Sudoeste da Bahia; Metropolitano de Salvador; Piemonte da Diamantina; Piemonte do Paraguaçu; Piemonte Norte do Itapicuru; Portal do Sertão; Recôncavo; Semiárido Nordeste II; Sertão do São Francisco; Sertão Produtivo; Sisal; Sudoeste Baiano; Vale do Jiquiriçá e Velho Chico.

## NENHUMA ESCOLA A MENOS: reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território de Identidade Costa do Descobrimento- BA

no Plano Plurianual. Neste texto discutimos dados educacionais referentes ao TI Costa do Descobrimento.

O Território de Identidade Costa do Descobrimento se localiza no Sul Baiano, entre as coordenadas aproximadas de 15°44' a 16°55' de latitude sul e 38°51' a 40°18' de longitude oeste, ocupando uma área de cerca de 12.132 km<sup>2</sup>, correspondendo a aproximadamente 2,2% do território estadual. É composto administrativamente pelos municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. (SEI, 2015).

A imagem 1 apresenta a quantidade geral de habitantes de cada município e o número geral do território. O município com o maior número de habitantes é Porto Seguro e Itagimirim, enquanto que Itagimirim é o menor.

**Imagem 01:** Infográfico do Território de Identidade Costa do Descobrimento



Fonte: (Sei, 2023)<sup>5</sup>

A definição de Costa do Descobrimento foi assim estabelecida devido ao imaginário construído sobre a chegada dos colonizadores portugueses ao continente, uma vez que, para a maioria dos brasileiros, esse evento foi reificado como oficial em vários livros e narrativas históricas, valorizando as ações invasivas dos colonizadores sobre os povos

<sup>5</sup> Site que disponibiliza as informações referentes aos principais indicadores socioeconômicos e mapas por território de identidade.  
[https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2289&Itemid=265&lang=pt](https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2289&Itemid=265&lang=pt)

originários que aqui já existiam. Os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália chegam a disputar o exato lugar onde teriam chegado os colonizadores (Teixeira, 2021).

Economicamente, a microrregião possui uma grande concentração na produção de celulose e segmento madeireiro, cabendo destaque também para o setor de agricultura, particularmente, a fruticultura. Entre os anos de 2010 e 2015, houve um crescimento nos empreendimentos rurais da agricultura familiar, ocupando 21% da produção no território (SEI, 2018), escoando a produção para empreendimentos turísticos e hoteleiros, especialmente em Porto Seguro.

Além do destaque populacional e econômico, o TI é potencial em vários aspectos, especialmente em sua posição estratégica, configurando-se como elo entre os TI do Extremo Sul e Litoral Sul baiano, tornando-se um portal de acesso às cidades circunvizinhas, além do acesso à divisa com Minas Gerais, próximo a Itagimirim, especialmente, a região do Vale do Jequitinhonha.

### **A Educação do Campo como fruto de lutas sociais**

O Movimento Nacional de Educação do Campo surgiu no Brasil na década de 1990, se organizou em torno da articulação de uma proposta educacional de valorização da identidade da Educação do Campo, resultante da luta do povo camponês, não somente pelo direito à terra, mas também por condições justas e equânimes de trabalho e sobrevivência, pela garantia dos direitos sociais preconizados pela Carta Constitucional de 1988, especialmente por políticas públicas que garantam que a educação ocorra em seus lugares de vivência e produção, outrossim, construída de forma colaborativa com a comunidade, “pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2002, p. 18).

As ações deste Movimento proporcionaram algumas conquistas importantes na primeira década do século XXI, entre elas destacamos o debate coletivo e aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução nº 1, de 03 de abril de 2002, e a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece as Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, ambas instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Básica (CEB), marcos legais que estabelecem não somente orientações curriculares, mas também estabelecem uma identidade para a Educação do Campo, fortalecida pela luta constante de homens e mulheres do campo.

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

Ocorreram avanços decorrente da luta constante dos movimentos sociais apoiados por militantes e pesquisadores vinculados às Universidades Públicas brasileiras, inicialmente, a garantia da Educação do/no Campo como direito subjetivo constitucional, depois, no intuito de reparar minimamente a situação educacional no campo em todos os níveis, a garantia do ensino básico através de projetos, programas, os quais depois de décadas se transformaram em políticas públicas.

Nesse ínterim destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária<sup>6</sup> (PRONERA), aprovado pela Portaria nº 10 de abril de 1998, que visava, no primeiro momento, garantir alfabetização e instrução formal em diferentes níveis de ensino para populações assentadas, e em um segundo momento, acesso a níveis mais elevados de estudo, consolidando-se posteriormente nos anos 2000 como uma política pública.

Segundo Santos e Nunes (2020), no âmbito dos movimentos sociais, a Educação do Campo surgiu antes de 2002, tendo sua origem no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I Enera), que aconteceu em 1997, na Universidade de Brasília (UnB), momento em que contou com a participação de vários movimentos sociais do campo, além de pesquisadores, intelectuais orgânicos, e também, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

De acordo com Souza (2022), as bases da Educação do Campo são construídas a partir dos movimentos sociais que continuam a mobilizar coletivos de pesquisadores a movimentar os espaços universitários com cursos de graduação e de pós-graduação, produção bibliográfica, eventos acadêmico-científicos em torno dessa temática e, conseqüentemente, a partir dessas experiências, consolidam conquistas no âmbito das políticas públicas.

Ainda segundo Souza (2022), as lutas e reivindicações por educação e escola pública protagonizadas por homens e mulheres dos assentamentos rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) constituem as bases de inspiração para a *práxis* da Educação do Campo. Desse modo, é fundamental reconhecer que a memória das conjunturas das décadas de 1980 a 1990 são fundamentais para compreendermos que as conquistas no âmbito de educação e escola do e no campo não aconteceram de

---

<sup>6</sup> Esse programa foi uma das conseqüências do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), ocorrido na cidade de Brasília, sediado pela Universidade de Brasília (UnB), em julho de 1997.

maneira pacífica. Elas estão inscritas no conjunto de enfrentamentos e disputas em torno da reforma agrária e de um projeto popular do país. Nesse sentido,

O acirramento das contradições no campo, na década de 1990, nessa região ocasionou outras formas de organização dos trabalhadores pelos seus direitos em busca da condição de sujeito livre. É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra começa a se organizar na região, em meio à repressão política de negação dos direitos dos trabalhadores (Santos, 2012. p. 141).

À vista disso, a Educação do Campo, direito assegurado nos marcos legais, é fruto de lutas, não é favor nem caridade, é um projeto de sociedade justa e democrática. Os protagonistas desse movimento lutaram e lutam primordialmente pelo direito à terra e à dignidade, por respeito e por uma educação no e do campo. Ou seja, por uma concepção de educação que valorize a história, a cultura a identidade e as diversas formas de organização dos camponeses.

### **Resultado e discussões**

A luta pela garantia de educação para os povos do campo perdura, pois ainda não existe uma reparação dos séculos de negação a esse direito. Essa realidade pode ser ilustrada a partir dos índices acumulados da DIS (condição em que se encontram estudantes cuja idade destoa da série/ano na qual eles deveriam cursar) e do fechamento de escolas do campo, flancos de análise deste artigo. Para Santos e Santos, (2020),

O Ministério da Educação (MEC) entende que está em distorção/defasagem o aluno que se encontra em 2 anos ou mais de “atraso” em relação ao ano que deveria estar cursando. A distorção está associada às reprovações seguidas, mas também ao abandono e à entrada tardia dos alunos no ensino fundamental. Pode-se afirmar que o problema adquire mais evidência com a democratização do ensino a partir do momento em que a escola deixa de ser um lugar explicitamente para “selecionados” e passa a ser aparentemente “para todos”; e por isso, a reprovação, a evasão e a desistência passam a permear esse espaço (p. 77).

No que concerne à realidade do TI Costa do Descobrimento, nos Anos Iniciais, por exemplo, em 2014, 50% dos estudantes matriculados em três municípios do TI encontram em DIS, seguidos pelas demais cidades que apresentam índices entre 28% e 34% dos seus estudantes na mesma situação, como podemos analisar na tabela abaixo:

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

**Quadro 02:** Índice de Distorção Idade-Série nos Ano Iniciais do Ensino Fundamental (2014-2020)

Sobre a DIS	2014		2016		2018		2020	
	U	R	U	R	U	R	U	R
<b>Brasil</b>	12,20%	23,20%	10,90%	20,20%	9,90%	18,60%	8,50%	16,40%
<b>Bahia</b>	22,70%	28%	20,40%	24,90%	18%,3	22,90%	15,90%	20,40%
<b>Belmonte</b>	27,20%	46%	28,40%	41,10%	30%	38,50%	28,60%	31,20%
<b>Eunápolis</b>	18,50%	25,90%	20,70%	28,90%	21,20%	29,20%	20,20%	34%
<b>Guaratinga</b>	28,90%	37%	24,10%	32,30%	23%	28,70%	22,90%	25,90%
<b>Itabela</b>	24,80%	26%	23,90%	21,40%	23,60%	23%	24,30%	28,30%
<b>Itagimirim</b>	26,80%	-	24,10%	-	26,10%	-	24,60%	-
<b>Itapebi</b>	33,50%	54,10%	32,70%	44%	27,20%	43,50%	25,50%	37,30%
<b>Porto Seguro</b>	25,70%	27,20%	20,40%	22,40%	19,40%	21,10%	18,50%	21,90%
<b>Santa Cruz Cabralia</b>	22,90%	27,30%	19,70%	27,30%	21,10%	28,80%	18,80%	24,10%

Fonte: INEP (2020) \* R – Rural \* U- Urbano

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental a situação ocorre em menos municípios do TI, contudo uma realidade ainda mais agravante, porque, em 2014, em três cidades (Porto Seguro, Itapebi e Eunápolis) mais da metade dos estudantes matriculados nas escolas do campo encontram-se em DIS. Nas outras cidades, esse índice chega a mais de 30%, ambos preocupantes, porque em seis anos, conforme o Quadro 03, os municípios mantiveram os índices, enquanto outros aumentam, sem falar das consequências, expulsão de jovens e adultos camponeses forçados a interromper os seus estudos para trabalhar na cidade, em fazendas ou na construção civil, quando não migram para territórios urbanos marginalizados, sem trabalho e sem estudo.

**Quadro 03:** Índice de Distorção Idade-Série nos Ano Finais do Ensino Fundamental (2014-2020)

Sobre a DIS	R	2014		2016		2018		2020	
		U	R	U	R	U	R	U	R
<b>Brasil</b>	43,90%	25,30%	42,70%	24,40%	40,30%	22,90%	37,70%	21,10%	34,90%
<b>Bahia</b>	50,20%	40,80%	49%	39,50%	47,10%	37,80%	45,10%	34,60%	41,80%
<b>Belmonte</b>	0%	41,10%	0%	48,60%	20%	47,20%	0%	42,50%	0%
<b>Eunápolis</b>	48,50%	35,80%	52,50%	36,10%	52,40%	37,30%	54,50%	36,50%	51,50%
<b>Guaratinga</b>	0%	41,10%	0%	45%	0%	44,50%	0%	40,40%	0%
<b>Itabela</b>	0%	42,30%	0%	42,10%	0%	41,80%	59,10%	44,60%	50%
<b>Itagimirim</b>	0%	52%	0%	43,10%	0%	49,80%	0%	47,20%	0%
<b>Itapebi</b>	54,10%	56,90%	58,90%	46,20%	50,80%	57%	54%	59,80%	53,50%
<b>Porto Seguro</b>	40,10%	36,60%	40,80%	36,80%	34,20%	34%	39,20%	35,30%	40,40%
<b>Santa Cruz Cabralia</b>	38%	41,40%	37,80%	37,80%	41,50%	41,40%	44,70%	38,60%	41,40%

Fonte: INEP (2020).

Esses índices ilustram as consequências do descaso com a educação do campo. A interrupção dos estudos não se dá de maneira voluntária, mas decorrente de um conjunto de fatores que impulsionam a saída, de certo modo, esses estudantes são expulsos da escola. Podemos apontar a falta de professores nas escolas do campo, o início tardio das aulas, a incompatibilidade entre os tempos de trabalho e calendário escolar, que continua seguindo as diretrizes da cidade, a falta ou irregularidade de transporte, reprovação, maternidade e paternidade precoce, entre outros aspectos que privam os direitos constitucionais, sem assegurar os direitos de aprender e de se desenvolver na idade apropriada e no seu espaço de vida e produção.

De acordo com Santos e Santos (2020);

...a DIS é um problema que alcança milhares de crianças e adolescentes na Educação Básica, predominantemente de escolas públicas e portanto, precisa ser compreendida em suas múltiplas determinações, cuja essência se encontra na forma como se sustenta próprio sistema capitalista (p. 08)

Os dados do Inep (2022) apontam que as regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam os índices mais altos de DIS. No Nordeste, a taxa em escolas urbanas chega a 30,8%, enquanto no campo chega a 31,7%. Ao analisarmos mais precisamente esses índices, podemos verificar como esse fenômeno incide sobre a Educação do Campo. A taxa da DIS está concentrada principalmente em terras indígenas (29%), áreas de assentamento (45%) remanescentes de quilombos (30,5%), portanto, mesmo sendo um fenômeno geral, a DIS se acentua mais ainda quando está relacionada povos indígenas, quilombolas, negros e camponeses (Unicef, 2018).

Em pesquisa da Unicef (2018) foi identificado que 7 milhões de estudantes no Brasil têm dois a três anos de atraso escolar na Educação Básica. Em sua maioria adolescentes que interromperam seus estudos ou foram reprovados em algum momento da sua trajetória escolar, e depois retornaram. A maior parte desses estudantes encontra-se em duas modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos - EJA e Educação do Campo. Além disso, negros e indígenas são os mais impactados no que se refere a DIS, seja no meio urbano, quanto no rural. Segundo a mesma pesquisa, 31,1% de indígenas que estudam na cidade e 41,7% que estudam no meio rural encontram-se em DIS. A situação dos estudantes negros ainda é pior, ou seja, 52,8% de pessoas negras que estudam na cidade e 74% que estudam no meio rural encontram-se em distorção idade-série no Brasil (Idem, 2018).

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

Esse fenômeno é um elemento basilar para justificar a transferência dos camponeses para cidade e justificar o fechamento de escolas. Outrossim, são utilizados argumentos baseados na supervalorização das escolas urbanas em detrimento das escolas do campo.

Segundo Santos (2016, p. 61), “frequentemente, na literatura brasileira é possível observar estudos que tratam o espaço geográfico rural como o lugar do atraso, e o urbano como o *locus* do desenvolvimento.” Esta perspectiva está presente também no âmbito educacional, visto que a lógica adotada nas escolas do campo, tem uma perspectiva voltada para conteúdos amparados na urbanização e industrialização e o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade que é apresentada como superior e moderna.

De acordo com os dados do Inep (2023), no Brasil, entre os anos de 2010 a 2023 foram fechadas mais de 28 mil escolas, e na Bahia, cerca de 5 mil escolas. Desse modo, o processo de nucleação é uma realidade constante, inclusive contrário ao que preconiza a legislação, a qual orienta a nucleação apenas nos cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, “com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento” dos estudantes” (Brasil, 2008, Art. 3º p. 25), ao invés disso, os governantes disponibilizam o transporte escolar para nucleação na cidade ou em um distrito maior no campo, sem a permissão dos estudantes e das suas famílias, mas tão somente com a narrativa de ser a única opção, por contenção de gastos. De acordo com Rodrigues et. al. (2017),

Na prática, esse processo de nucleação corresponde à desativação da escola, por um período de 5 anos, e ao posterior fechamento. A nucleação, na primeira fase do ensino fundamental, se configura como o deslocamento de crianças e jovens das redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas. Na segunda fase do ensino fundamental, o processo se assemelha. Porém os alunos são deslocados para as escolas localizadas na cidade. Destaca-se que muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana (p. 3),

No TI Costa do Descobrimento esse fenômeno não é diferente, o número de escolas que são fechadas de um ano letivo para outro tem aumentado. Conforme pode ser verificado no Quadro 3, os municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga e Itabela

fecharam escolas entre os anos de 2010 a 2023 em proporção maior, e apenas os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália mantiveram suas escolas em funcionamento, com baixo número de escolas fechadas e transferência dos alunos do campo para a cidade. Itagimirim, por exemplo, não tem nenhuma escola do campo em funcionamento, os municípios de Guaratinga e Itabela reduziram pela metade o quantitativo de unidades escolares e Itapebi reduziu 30% das suas escolas em doze anos.

**Quadro 4 - Quantidade de Escolas no Campo, entre 2010-2023, no Brasil, Bahia, e nos municípios do TI Costa do Descobrimento**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Brasil</b>	79.341	76.229	74.160	70.816	67.541	64.702	63.009	60.708	57.609	55.345	53.753	53.557	52.757	51.177
<b>Bahia</b>	12.870	12.299	11.919	11.340	10.615	10.036	9.746	9.280	8.637	8.122	7.833	7.775	7.345	7.171
<b>Território Costa do Descobrimento</b>	187	191	184	178	173	165	157	151	148	135	131	129	127	130
<b>Belmonte</b>	27	28	27	28	29	27	21	21	20	19	19	18	19	20
<b>Eunápolis</b>	16	16	15	15	13	12	11	7	7	6	6	6	6	6
<b>Guaratinga</b>	39	39	38	33	29	26	25	20	17	12	13	12	13	13
<b>Itabela</b>	12	13	13	13	12	8	10	11	11	9	6	6	6	6
<b>Itagimirim</b>	3	2	2	2	1	1	-	-	1	1	-	-	--	---
<b>Itapebi</b>	10	9	8	7	7	8	8	8	8	7	7	7	7	7
<b>Porto Seguro</b>	65	68	66	66	68	69	68	70	70	67	66	66	62	64
<b>Santa Cruz Cabrália</b>	15	16	15	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14

**Fonte:** Elaborado com base nos dados do INEP (2023).

De acordo com Silva (2021) o fechamento de escolas no campo tem provocado grandes prejuízos às crianças e aos adolescentes, que ao serem transferidos de forma compulsória para outra localidade, seja intracampo ou para cidade, distanciam-se de seu universo cultural. Isso gera no estudante um sentimento de não pertencimento ao novo espaço, interferindo na construção e reconhecimento da identidade campesina.

Esse fenômeno é decorrente de vários fatores, entre eles, ou o principal, o econômico, especialmente pela expansão do plantio de celulose e conseqüentemente a ocupação do território pela empresa Veracel<sup>7</sup>, falta de investimento para os jovens, entre outros. Essa realidade demonstra que a implementação do projeto neoliberal de mecanização do campo e supervalorização do agronegócio favorecem o fechamento de escolas, ações que contrariam o projeto de Educação do Campo,

Por ter em sua gênese uma natureza contrária ao que prega o capitalismo e por estar situada em campo de interesse do mesmo através do

<sup>7</sup> A Veracel Celulose é uma empresa que está localizada no sul da Bahia, atuando nos municípios de Eunápolis, Canavieiras, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

agronegócio, a Educação do Campo é marcada por conflitos e lutas entre os movimentos sociais, educadores do campo e o Estado através da educação capitalista de cunho neoliberal (Santos; Nunes, 2020, p. 95).

À medida que escolas do campo são fechadas, os estudantes são deslocados para escolas nucleadas, ações sustentadas por discursos que sobrepõem a educação urbana à rural. Cabe inferir que o fechamento de escolas do campo, além de ferir direitos, impacta no modo de organização das comunidades, interfere no processo de formação da identidade camponesa, além de favorecer o esvaziamento do campo.

Para Silva, Melo e Lima (2022), o fechamento de uma escola do campo “significa negar a crianças, adolescentes e jovens o direito à educação e impedir sua convivência familiar e comunitária, ampliando o abandono da cultura e, até mesmo, de suas crenças”. Além disso, a transferência de crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo para cidade não apenas os colocam em uma situação de vulnerabilidade por consequência de longas caminhadas expostos ao sol e chuva até os pontos de transportes escolares; transportes superlotados, além de muitas vezes ficam na estrada devido à avaria mecânica; estradas perigosas e em péssimas condições de acesso, devido aos longos tempos de chuvas que ocorrem na região, entre outros aspectos.

De outro lado, a transferência dos sujeitos do campo para cidade, segundo Silva, Melo e Lima (2022) implica diretamente na sucessão rural familiar, afinal quando os alunos se deslocam para as cidades para estudar, devido às grandes distâncias para as escolas-núcleo, os filhos, muitas vezes, deixam de ajudar seus pais nas atividades rurais.

Conforme pontua Cajaíba (2024), existe uma relação entre o fechamento de escolas do campo, impacto na identidade e valorização da vida, esvaziamento do campo consoante os interesses hegemônicos. São consequências que têm reverberado no modo de organização das comunidades e, no fim, cumprem o objetivo do capital. Destarte, os fenômenos educacionais são forjados a partir da realidade social e histórica. Analisar tal realidade exige admitir e compreender as forças e disputas existentes numa sociedade cujo sistema econômico regulador é o capitalismo.

O fenômeno fechamento de escolas do campo viola o direito à educação e afeta a forma de organização das comunidades, e isso se configura como atitude abusiva que tenta assujeitar o campesinato sob o imperativo de ajustar os interesses hegemônicos e impor um modo de vida que anula e desvaloriza a organização e desconsidera as condições reais de quem vive no campo.

### **Considerações finais**

Este estudo buscou analisar o fechamento de escolas do campo no Território de Identidade Costa do Descobrimento. Foi apresentado o cenário da DIS do referido TI, e não obstante, apesar de existir leis para operacionalizar, orientar e organizar a Educação do Campo, além de firmar a obrigatoriedade do Estado em garantir a educação aos povos camponeses, os dados indicam que a materialização desses direitos não condiz com aquilo que está afiançado nesta legislação.

Tanto o fechamento das escolas do campo como os índices de DIS indicam que ainda não existe um projeto educacional que priorize a qualidade da educação. Esta realidade se desdobra como resultado da manobra do sistema capitalista voltada às políticas educacionais que buscam promover uma educação amparada na perspectiva urbana, contraditória ao modelo da Educação do Campo. Em suma, o texto indica que o fenômeno de fechamento de escolas do campo no TI Costa do Descobrimento é multifatorial e envolve questões de cunho econômico, a presença do capital no controle das políticas públicas educacionais em detrimento da garantia da educação de qualidade para os povos que vivem no campo.

Fica evidenciado que com o fechamento de escolas, os estudantes do campo dos diferentes grupos etários são transferidos para as escolas urbanas. Situação que os coloca em uma situação de vulnerabilidade, afinal são expostos a situações que ferem o direito de estudar próximo de seus domicílios. O estudo demonstrou que é imprescindível reafirmar que a educação pública, gratuita e de qualidade é direito de todos e sua garantia é dever do Estado, através das políticas públicas, sendo fundamental fortalecer a luta pela manutenção das escolas do campo e por políticas públicas que fomentem a valorização e reconhecimento deste espaço rico de vivências coletivas e de desenvolvimento cultural, social e político.

### **Referências**

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. SEI- **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador, 2015. 3 v. p. (Série Territórios de Identidade da Bahia, v. 1).

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Catálogo de Escolas**. Brasília. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt->

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

[br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas](https://br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas). Acesso em: 24 de agosto de 2024.

BRASIL, **Lei 12.960 de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 20 dez. 1996. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm): Acesso em 20 de agosto de 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº3/2008**. Assunto: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de abril de 2008b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003_08.pdf) . Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002, Seção 1, p. 32. Disponível em: [https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf) acesso em 15 de julho de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de abril de 2008, Seção 1, p. 25-26. [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf) . Acesso em 25 de agosto de 2024.

CAJAIBA, Jaqueline Braga Morais. **Fechamento de escolas do campo em municípios do território de identidade Vale do Jiquiriçá**: uma lógica de negação de direitos do campesinato. 164 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2024.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: Benjamim, César. CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo**. - Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CONTRERAS, Ernesto. **O Último vagão**. Filme disponível do Youtube. Diretor: Ernesto Contreras; MX, 2023, 95 min, colorido, legendado.

<https://itacarezinho.uneb.br/index.php/abatira/article/view/14165/9936> . Eunápolis-BA, 2022, V3. n.5. Jan-Jun. 2022. p.54 a 77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do**

**conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261-297.

MOLINA, Castagna Molina; FERNANDES, Bernardo Mançano. O campo da Educação do Campo. In: **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. MOLINA, Mônica Castagna e AZEVEDO DE JESUS, Sônia Meire Santos (Organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. P.37 Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2024.

MUNARIM, Antonio; LOCKS, Geraldo Augusto. **Educação do campo:** contexto e desafios desta política pública. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 83-95, 2012.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; MARQUES, Dayana Ferreira; RODRIGUES, Adriège Matias; DIAS, Gilvania Lima. Nucleação de escolas do campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623657687>

SANTOS, Arlete Ramos dos. NUNES. Cláudio. Pinto. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro** - Salvador: EDUFBA, 2020.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança neodesenvolvimentista e decadência ideológica no campo: Os movimentos sociais e a reforma agrária do consenso**. Editora CRV. 2016.

SANTOS, Arlete Ramos dos; SANTOS, I. T. R. dos. A BNCC e a formação de professores do campo no território de identidade Velho Chico na Bahia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 20, n. 51, p. e14650, 2024. DOI: 10.22481/praxisedu.v20i51.14650. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/14650> . Acesso em: 29 ago. 2024.

SANTOS, Arlete Ramos dos; SANTOS, Valéria Prazeres dos. Distorção Idade-Série em meio às políticas educacionais neoliberais. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 30, p. 75–89, 2020. DOI: 10.30612/eduf.v10i30.14428. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/14428>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SANTOS, Giane Souza dos; LAURIA, Shirley Mabel Franco da Silva; SANTOS, Arlete Ramos dos. A Educação escolar pública para as populações camponesas no município de Vitória da Conquista/BA; Aspectos históricos e políticas públicas desde os primórdios do século XIX aos dias atuais. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**. Eunápolis-BA, 2022, V3. n.5. Jan-Jun. 2022. p.78 a 104. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/14427>

SANTOS, Vanessa Costa dos. **As Diretrizes Neoliberais e suas Implicações sobre a Política de Fechamento de Escolas do Campo em Vitória da Conquista – Bahia**. 2019. 266 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista- BA.

SILVA, Eliana de Oliveira; MELO, Raimunda Alves; LIMA, Francisco Renato Lima. A atuação dos movimentos sindicais rurais no enfrentamento ao fechamento das escolas do campo no Território Entre Rios: Entre suturas e silenciamentos, uma voz de resistência. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**. Disponível em:

**NENHUMA ESCOLA A MENOS:  
reflexões sobre o fechamento escolas do campo no Território  
de Identidade Costa do Descobrimento- BA**

SILVA, Sandra Mara Carmo. **Fechamento de escolas do campo em municípios da Bahia**: estudo de caso dos territórios de identidade do Sudoeste Baiano, do Médio Sudoeste e do Médio Rio de Contas. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 238 p. 2021.

SOUZA, Maria Antônia. Movimentos sociais, escolas públicas, Educação do Campo e práxis pedagógica. In: Eulina Maria Leite Nogueira, Zilda Gláucia Elias Franco e Aldair Oliveira de Andrade (org). **Educação do Campo: Políticas e Práticas**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

UNICEF. **Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil**. 2018. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama da distorcao idade-serie no Brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf) Acesso em 1 dez. 2020.